



Conferência Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA

Um encontro para o desenvolvimento e aplicação de mecanismos de PSA no Brasil

22 e 23 de Outubro de 2009 – São Paulo-SP

Público: Empresas privadas, ONGs, Órgãos públicos, Instituições financeiras

Panorama Geral sobre PSA
Projetos de Lei que tramitam no Governo
Valoração do PSA
Mecanismos de Financiamento
Modelos de Contratos
Mapeamento de Carbono no Brasil
Estudos de Caso no Brasil e no Exterior

Objetivo

Uma grande preocupação que envolve instituições públicas, privadas e a sociedade é a escassez de certos recursos ambientais. A busca constante de saídas para controlar e explorar de forma sustentável esses bens e serviços naturais levou a discussão, no âmbito do governo federal, a institucionalização de uma Política Nacional de Serviços Ambientais e a criação do Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). É fato que as empresas podem economizar significativamente agindo de forma preventiva do que fazendo ações corretivas. As diversas formas de pagamento por serviços ambientais para aqueles que provêm a manutenção e a restauração dos serviços destes ecossistemas, o mecanismo regulatório e as formas de financiamento são alguns dos principais temas de discussão deste evento.



VIEX americas

Panorama geral sobre PSA, desde o seu conceito até sua aplicação hoje no Brasil

- Definição e modalidades de PSA
- O que é necessário para o emprego do PSA
- Aplicação dos mecanismos de PSA
- Quem deve pagar e quem deve receber
- Pagamento, compensação ou gratificação?
- Condições necessárias para sua implementação
- Utilização de PSA no Brasil

Conhecimento da legislação brasileira com relevância para PSA, desenvolvimento da regulamentação e práticas do governo

- Projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional
- Principais questões discutidas hoje pelo governo quanto ao tema
- Utilização de imposto sobre PSA
- Inter-relação entre instrumentos econômicos de compensação, incentivos ambientais e mecanismos de financiamento de PSA
- Relação do PSA com Código Florestal
- Como se pode evitar a criação de incentivos para a preservação daquilo que a lei já ordena que sejam preservados (reservas legais e áreas de preservação permanente)
- Definir por quanto tempo o pagamento será feito. No caso de a área precisar ser recuperada, o pagamento será feito até a mata se tornar adulta e poder ser manejada? E no caso de a mata já existir?
- Implantação de um sistema de monitoramento para garantir a conservação das áreas que estão sendo alvo do pagamento

Como é estabelecida a valoração do PSA

- Identificação do custo da manutenção dos serviços
- Custos de transação e de oportunidade
- Custo dos monitoramentos x exigências ambientais
- Definição do tamanho, relevância e produtividade da área
- Que base de parâmetro é utilizada para definir o preço pelo qual os serviços ambientais são pagos ou recompensados
- Métodos de valoração aplicados
- O pagamento de uma área que está preservada ou de uma área que vai ser recuperada

Mecanismos de Financiamento para garantir a prática de incentivos

- Fontes e captação de recursos
- Como se enquadrar nos projetos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente
- Fontes de financiamento a longo prazo
- O desenvolvimento de um sistema que possa ser financiável em larga escala, que não caia na armadilha de tentar competir com o valor do uso



VIEX americas

da terra (soja, gado, cana, etc), mas que ao mesmo tempo seja atrativo suficiente para juntamente com outros mecanismos de proteção e incentivos atender à meta de se preservar remanescentes florestais que excedam a reserva legal e áreas de preservação permanente

Modelos de contratos para PSA privados e públicos

- A definição do serviço ambiental ou o uso da terra e tecnologia necessários para assegurar o serviço
- Condicionalidade da provisão monitorada e sanções, em caso de diferentes graus de não cumprimento (e da atribuição de responsabilidades)
- A duração da transação que envolve assuntos de permanência na provisão dos serviços ambientais e nos usos da terra
- As modalidades de pagamento (forma, frequência, momento de entrega, receptores etc.)

Apresentação do estudo realizado pela Mackinsey sobre o mapeamento de carbono no Brasil. O mercado de créditos de carbono é considerado, atualmente, o projeto de PSA mais difundido no mundo. E acredita-se que ele pode se tornar uma das maiores commodities do mundo, como o petróleo.

A experiência internacional de execução de políticas de PSA por países de diferentes portes

- México: o governo federal mexicano premia financeiramente comunidades e donos de propriedades rurais que preservam suas florestas e áreas de mananciais
- Costa Rica: o governo da Costa Rica criou uma taxa, que incide sobre o consumo de água e gasolina do País, cuja arrecadação é revertida a proprietários de florestas (cerca de US\$ 80 por hectare/ano de mata preservada), os prestadores de serviços ambientais
- Nova York: 9,5 milhões de habitantes bebem de suas torneiras uma água que não passou por qualquer sistema de filtragem e depuração a não ser aquele feito pela engenhosidade da própria natureza. A cidade percebeu que seria mais vantajoso economicamente proteger seus mananciais da poluição e do assoreamento do que gastar "os tubos" em sistemas de saneamento - ao contrário do que faz a cidade de São Paulo

Apresentação de Estudos de Caso no Brasil nas diferentes modalidades

- *ICMS-Ecológico*
No Brasil, desde 1988, os estados devem repassar uma parcela de 25% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS aos municípios; em alguns Estados foi criado mais recentemente o ICMS - ecológico, que permite que 5% desse repasse seja direcionado segundo



VIEX americas

critérios ambientais (existência de Unidades de Conservação, qualidade de sua gestão,...). Nesse esquema, o recurso vem do contribuinte (pagando o ICMS), e quem recebe esse recurso é o município.

- *Compensação ambiental*
Baseada no princípio "poluidor-pagador" estabelece que os empreendimentos com possível ou inevitável impacto ao meio ambiente (a Petrobras, por exemplo, com o gasoduto) paguem uma compensação (nesse caso ao Estado), utilizada para criar e manter unidades de conservação.
- *Reposição florestal*
Trata-se de um mecanismo que obriga quem explora madeira nativa a reflorestar, ou seja através de plantio próprio, ou seja pagando uma taxa de reposição ao IBAMA, para financiar projetos de plantio ou fomento florestal.
- *Isenção fiscal para RPPNs*
Mecanismo de isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) para as áreas protegidas tais como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A "sociedade" aceita não receber o pagamento do ITR, o proprietário cria a UC.
- *Servidão florestal*
Consiste em uma operação de comercialização de cotas de reserva florestal: o proprietário de uma propriedade com Área de Reserva Legal inferior a exigência legal (80% da área total da propriedade na Amazônia) recompensa, via mercado, outro proprietário de propriedade com ARL maior a exigência legal.
- *Créditos por redução certificada de emissões de gases de efeito estufa (RCE)*
Esse mecanismo chamado de "Desenvolvimento Limpo" (MDL) permite a uma empresa que emite mais do que a sua quota (estabelecida no protocolo de Quioto), comprar, via mercado, "crédito de carbono" de outra empresa ou projeto que consiga emitir menos do que a sua quota ou que seqüestra carbono (MDL). Esse mecanismo não esta destinado a atividades "limpas" já estabelecidas.
- *Créditos por redução voluntária de emissão de gases de efeito estufa*
Mecanismo que permite a uma empresa valorizar no mercado voluntário a sua contribuição na redução de gases de efeito estufa. Essa contribuição pode alimentar um Fundo que sirva para pagar os serviços ambientais.